

CRISE DA EDUCAÇÃO: UM OLHAR PELAS LENTES FILOSÓFICAS DE THEODOR ADORNO E HANNAH ARENDT

CRISIS OF EDUCATION: A LOOK THROUGH THE PHILOSOPHICAL EYES OF THEODOR ADORNO AND HANNAH ARENDT

Flávia Regina Schimanski dos SANTOS¹

Marta Regina Furlan de OLIVEIRA²

RESUMO: Este estudo objetiva tecer reflexões a respeito do campo da Educação e da Formação de Professores, tendo como embasamento teórico as contribuições da Teoria Crítica da Sociedade com Theodor Adorno e a pensadora Hannah Arendt. Tais autores, apontam a crise da autoridade no mundo moderno como a origem da crise da educação, a qual culminou na redução da educação aos seus aspectos instrumentais e semiformativos. Embora as análises tenham partido de um contexto diferente, os problemas da educação brasileira denotam um cenário semelhante. Especificamente, o estudo analisa as inconsistências desencadeadores da crise formativa. O percurso metodológico consiste em uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. É oportuno considerar a possibilidade de um caminho para as tensões educativas que sigam rumo à tomada de consciência, autonomia docente e à constituição de uma autoridade sólida. Para tanto, assim como demonstrou a pesquisa, os professores precisam assumir, eminentemente, o compromisso de educar para a emancipação, para o pensamento autocrítico e, sobretudo, auto reflexivo.

PALAVRAS-CHAVE: Crise da Educação. Teoria Crítica. Hannah Arendt.

PRIMEIRAS PALAVRAS

O problema central do presente estudo, surgiu do esforço de compreender a crise da educação, que tem se estendido à formação de professores. Importa-nos considerar as nuances sociais bem como as transformações dos aspectos que estruturam o mundo, as concepções de homem, de sociedade, de conhecimento, de educação que direcionam não só a cultura, mas a vida comum. Há, desse modo, uma degradação da

¹ Mestranda em Educação (Universidade Estadual de Londrina). E-mail: flaviaschimanski@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-4583-0193>.

² Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Paulista Julio de Mesquita Filho; professora na Universidade Estadual de Londrina. E-mail: mfurlan.uel@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0003-2146-2557>.

<https://doi.org/10.36311/2236-5192.2021.v22n02.07.p103>

Educação em Revista, Marília, v.22, n. 01, p. 103-118, 2021.

cultura de autoridade formativa que atinge a educação enquanto *locus* de formação e, principalmente, a formação de professores que se vê conformada à razão instrumental vigente. Max Horkheimer, em sua obra *Eclipse da Razão* (2002) estabelece a percepção de que, ao longo da história da humanidade, a razão *diminuída* ou *razão subjetiva* foi aos poucos tomando o lugar da *razão objetiva*³ originando, então, uma razão instrumental em que as coisas só são racionais se tiverem alguma utilidade.

Ao contrário da razão subjetiva, na razão objetiva o sujeito tem a sua condição humana pautada em princípios como a solidariedade, igualdade, justiça, moral, ética, liberdade. Essas concepções concedem ao ser humano, a universalidade que garante às relações humanas, uma forma igualitária de viver em sociedade. A condições objetivas, podem afastar os comportamentos individualistas e competitivos – tão presentes na conjuntura atual – na medida em que vão se construindo formas mais solidárias nas relações sociais. Pelo contrário, a razão instrumental individualiza o sujeito tornando seus interesses particulares a sua prioridade, logo, desconsidera o outro.

A partir de nossas indagações no campo educacional, no que se refere à instrumentalização da razão humana, da crise formativa e de autoridade dos professores, elencamos como objetivo principal, refletir sobre a educação e a formação de professores em uma perspectiva crítica. Como objetivos específicos, buscamos analisar as inconsistências que desencadeiam a crise formativa e, ainda, refletir sobre as possibilidades de superação da crise da educação, bem como a crise formativa. Nosso percurso foi direcionado por contribuições envolvidas em análises filosóficas com autores da Teoria Crítica da Sociedade e uma das teóricas políticas mais importantes do século XX, Hannah Arendt. Embora a pensadora seja reconhecida como cientista política, suas obras apresentam reflexões profundamente filosóficas.

As contribuições da Teoria Crítica da Sociedade e de Hannah Arendt⁴ são fundamentais para o processo de compreensão do papel educacional no contexto social vigente, uma vez que seus estudos trazem implicações significativas no campo da educação e do processo de formação de professores, com atenção especial ao papel do ensino e da autoridade pedagógica responsável na formação da criança desde a primeira

³ Essa razão possibilita ao ser humano a capacidade de tomada de consciência e de humanização.

⁴ Vale considerar que embora, Adorno e Arendt não tenham dedicado suas obras à educação, oferece-nos um arcabouço substancial para compreendermos o processo educativo de maneira crítica e emancipadora.

infância. Nesse processo educacional, os autores supracitados possibilitam-nos refletir por meio de suas lentes filosóficas críticas, como tem se constituído o processo de ensino e de educação, bem como a constituição curricular do saber.

Sobre esse assunto, Pacheco (2005) aponta que, por meio da reflexão crítica, é possível analisar a realidade curricular e educativa, no sentido de enxergar os aspectos mais ocultos das práticas pedagógicas escolares e as relações de ensino ditas e instituídas. A contribuição desses autores para o contexto educacional, ajuda-nos refletir sobre as possibilidades de resistência e superação, ainda que as análises tenham partido de um contexto diferente, os problemas da educação brasileira.

Vejamos nas seções que seguem, o desgaste do papel da autoridade no processo de formação humana na modernidade e as consequências que causaram para o campo da formação docente; a responsabilidade dos adultos – sejam pais, responsáveis ou professores – e o compromisso de educar os mais novos, portando uma postura de autoridade. O estudo também se dedicou em tecer uma análise dos desafios da profissão docente na conjuntura atual, oriundos da crise de paradigma, como a desvalorização e o desprestígio da profissão.

AUTORIDADE E EDUCAÇÃO: A VOZ DE ARENDT EM APOIO AO REESTABELECIMENTO DA AUTORIDADE DO PROFESSOR

Os estudos arendtianos demonstram que as mudanças do mundo moderno transformaram a vida social e geraram uma crise que se espalhou, manifestando-se em cada país de acordo com o seu contexto. Essa crise está associada a certa instabilidade dos fundamentos críticos e universais de educação e formação devido à ascensão do autoritarismo. Para Hannah Arendt, em sua obra *Entre o passado e o futuro* (2013), a autoridade desapareceu do mundo moderno em função de uma crise constante. Esse conceito de autoridade referido por Arendt (2013) está relacionado a uma base de experiência histórica determinada, com um conteúdo, uma natureza e uma função definidos. Com a crise, esse conceito perde seu lugar para o suposto desaparecimento da autoridade do mundo moderno. No mesmo sentido, Adorno (1993) afirma que a sociedade está em crise formativa; ou seja, com a “vida danificada”, condição social que acarretou o empobrecimento da experiência, pois as relações são baseadas em troca

e gera a reificação dos sujeitos. O autor nos abre espaço para perceber que muito se tem vivido e pouco se tem experimentado; que o caminho percorrido resulta em modificações degenerativas na estrutura social.

Como as relações sociais e a família se transformaram, o processo formativo modificou-se e a falta de autoridade ante as crianças tornou-se forte, gerando problemas evidentes. Lima (2010) considera que:

Como resultado dessa formação danificada vemos uma grande incidência de violência, mostrando que a sociedade vem produzindo individualidades fragilizadas e pessoas com personalidade autoritária.

Sob o ponto de vista da teoria crítica, a origem histórica dessa formação danificada remete-se à passagem do capitalismo liberal para o capitalismo monopolista (LIMA, 2010, p. 15)

No âmbito educacional, as políticas públicas que regem a educação muitas vezes tomam medidas que potencializam a crise na educação; já a crise da autoridade na educação está relacionada com a crise da tradição, com a atitude que temos em relação ao passado. No âmbito educacional, a crise também diz respeito à formação de professores pois essa formação impacta diretamente a educação básica, materializando o déficit de condições formativas na crise da educação.

Os estudos de Theodor Adorno e Hannah Arendt sobre a crise da autoridade, da educação e da cultura, possibilitam a compreensão dessas questões e motivam reflexões sobre a superação dessas crises por meio da relação entre educação e emancipação. Uma das principais contribuições educacionais da Teoria Crítica da Sociedade, refere-se à defesa de um pensamento crítico que rompe as barreiras da subjetividade e permite aos sujeitos a identificação da barbárie para transformá-la, pois somente uma sociedade mais justa e igualitária poderá democratizar o pensamento crítico e este, por sua vez, pode contribuir para a *desbarbarização*⁵. Assim, o professor possui em sua identidade docente condições formativas para desenvolver ações que superem a racionalidade técnica da educação e que avancem rumo a uma educação

⁵ Em seus escritos no campo educacional, o filósofo Theodor W. Adorno enfatizou a necessidade de desbarbarização no campo educativo, entendida como uma dissolução dos elementos da frieza subjetiva.

pautada na razão objetiva que proporciona aos sujeitos a emancipação e a autonomia do pensamento.

Esse pensamento também identifica as crises, a barbárie, o totalitarismo e as alternativas de superação. Adorno e Arendt, apontam na crise da autoridade a origem dos movimentos totalitários do século XX. Adorno (1995) considera o fascismo e o totalitarismo consequências de uma crise da figura da autoridade não apenas em sua dimensão política e social, mas também da crise da autoridade paterna na qual o indivíduo não dispõe de uma figura paterna sólida para interiorizar e depois superar; ou seja, para construir uma personalidade autônoma. Nesse sentido, a crise da autoridade gera a crise da educação.

Na educação, essa responsabilidade pelo mundo assume a forma de autoridade. A autoridade do educador e as qualificações do professor não são a mesma coisa. Embora certa qualificação seja indispensável para a autoridade, a qualificação, por maior que seja, nunca engendra por si só a autoridade. A qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste, porém sua autoridade se assenta na responsabilidade que ele assume por este mundo. (ARENDR, 2017, p. 239)

Ao analisar a questão *ausência da autoridade*, Arendt (2016) identificou três pressupostos básicos. O *primeiro* trata da autoridade dada às crianças, resultante de uma desorientação coletiva. Oliveira (2019) analisa essa situação como a isenção dos adultos em assuntos que só cabem a eles; dessa forma, as crianças ao emanciparem-se da autoridade dos adultos, não foram libertas verdadeiramente, mas submetidas a uma autoridade muito mais terrível e tirânica por integrarem grupos ou coletivos potencialmente autoritários. Uma vez que os adultos, totalmente envolvidos e preocupados com o mundo político, desmazelam a função de educar e apresentar ao mundo às crianças, perdem a representação de uma figura de autoridade e se tornam impotentes diante dos mais novos.

É como se existisse um mundo infantil à parte, governado pelas próprias crianças. Um grupo é sempre mais forte do que a individualidade e, pela ausência de experiências de argumentação e de tomada de decisões, cada criança vê-se obrigada a aceitar as decisões de um coletivo que são mais tirânicas do que as de um sujeito isolado (ARENDR, 2016). Corroborando com a autora, Custódio (2011, p. 61) explica que

<https://doi.org/10.36311/2236-5192.2021.v22n02.07.p103>

“a existência de um mundo infantil aparece em grande parte das teorias educacionais modernas, e a consideração desse mundo distinto manifesta-se em variadas práticas pedagógicas[...]”. A interferência dos preceitos das teorias modernas, integram o próximo pressuposto básico.

O *segundo* pressuposto presente na crise refere-se ao impacto formativo, trata do ensino e nos auxilia no processo identificação de inconsistências na formação de professores. Ao analisar os impasses da crise da educação nas instituições escolares dos Estados Unidos, Arendt (2016) explica que as teorias modernas estavam em seu ápice na educação norte-americana. A Psicologia Moderna e o pragmatismo, transformaram a pedagogia numa ciência do ensino em geral. Esse fato resultou em um negligenciamento grave na formação de professores, por libertar os educadores da obrigatoriedade do domínio dos conhecimentos específicos de suas áreas, o que gerou a inexistência de condições formativas para o ato de ensinar e, sobretudo a perda de autoridade também pela falta de aprofundamento teórico, nas palavras de Arendt (2016, 231) “não raro [...] apenas um passo à frente de sua classe em conhecimento”.

Neste caso, os estudantes tornam-se sujeitos vulneráveis no contexto educacional. O professor tem seu papel de transmissor de conhecimentos e de condutor do processo de ensino e aprendizagem retirado; por esta razão, a sua identidade profissional carece de autoridade. Em razão disso, Arendt (2016) preconiza em suas argumentações a importância da autoridade do professor diante de seus estudantes, por se tratar da responsabilidade que carrega em os apresentar ao mundo e estimulá-los a serem inconformados com os desajustes do mundo. Essa responsabilidade é da natureza da profissão docente. Nesse processo, de acordo com a autora, os adultos são responsáveis por conduzir as crianças na fase da vida em que estão porque ainda não são capazes de determinar e conduzir o seu próprio caminho.

Essa situação possui em seu cerne o abandono, não só dos estudantes que se perdem no processo de aprendizagem, mas, da própria referência de autoridade que deixa de ter efeitos sobre as relações humanas no espaço escolar e fora dele. É certo que a autora não vê a autoridade do educador e a qualificação do professor como sinônimos. A qualificação do professor é imprescindível para o entendimento do mundo e para instruir as crianças com conhecimento, autoridade e cuidado.

Bueno (2013) aponta a necessidade do reconhecimento e da aceitação da autoridade, pois esta, constitui a principal condição para a autonomia e o maior antídoto contra as tendências presentes nos indivíduos emocionalmente vulneráveis ao fascismo. A presença da família tem um poderoso impacto para a formação do sujeito. A falta da autoridade paterna dificulta a construção de uma pessoa emancipada e pode dar origem a um caráter despótico. Adorno explica que a personalidade arbitrária e intransigente mostra vulnerabilidade para as práticas fascistas, a “síndrome fascista”, que é um fenômeno sociopsicológico que desencadeia identificação psicológica com as elites, pelo preconceito, pela agressividade reprimida e pela obsessão em relação à sexualidade.

Na mesma direção, Arendt (1999) apresenta o termo “banalidade do mal”, cunhado a partir da experiência vivida no século XX, mais precisamente no período em que a Alemanha estava dominada pelo regime Nazista⁶. Contudo, o fenômeno analisado pela autora, refere-se a todo tipo de governo totalitário, caracterizado não apenas pela crueldade, pois em sua radicalidade desumana não examina atos e ações da existência humana. Hannah Arendt sempre esteve muito envolvida na análise dos eventos totalitários e, por iniciativa própria, participou do julgamento do oficial nazista Adolf Eichmann, cobrindo o processo para a revista norte-americana *The New Yorker*. Ao todo foram cinco artigos que mais tarde tornaram-se os capítulos da obra *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, publicado em 1963.

Não havia nada de monstruoso naquele homem comum. Para Arendt (1999, p. 299) “o problema de Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais”. Os padrões morais de julgamento das pessoas na época consideravam aquela normalidade muito mais apavorante do que qualquer tipo de crueldade. Tratava-se de um novo tipo de criminoso que agia automaticamente e cometia crimes sem ao menos saber se o que estava fazendo era certo ou errado.

⁶ **Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães**, foi um movimento político e social que surgiu na Alemanha após a Primeira Guerra mundial e alcançou grande notoriedade nos quadros políticos do país. Tendo como principal característica o antissemitismo – ódio aos judeus – exterminou 6 milhões de pessoas. O líder do movimento, Adolf Hitler, impôs uma série de mudanças no país, recuperando a economia e implantando uma ditadura totalitária que perseguia seus opositores.

<https://doi.org/10.36311/2236-5192.2021.v22n02.07.p103>

Educação em Revista, Marília, v.22, n. 01, p. 103-118, 2021.

Ao analisar a postura e todo o contexto de horrores do *Terceiro Reich*, a pensadora alemã percebeu que aqueles sujeitos envolvidos obedeciam às ordens de Adolf Hitler sem pensar, apenas cumpriam a lei e seus papéis de cidadãos conquanto aceitassem como lei as ordens do líder nazista, muitas das quais ausentes na constituição. A falta de reflexão, de exercício do pensamento levou então homens a atos violentos. E isto estava muito claro para ela. Em cada argumento ou fala de Eichmman, a autora percebia a insignificância daquele homem; um ser totalmente desprovido da capacidade mais humana possível, o pensar.

Quanto mais se ouvia Eichmann, mais óbvio ficava que sua incapacidade de falar estava intimamente relacionada com sua incapacidade de pensar, ou seja, de pensar do ponto de vista de outra pessoa. (ARENDDT, 1999, p. 62)

A autora afirma que por meio da capacidade de reflexão crítica, os indivíduos são fortalecidos na resistência ao mal. Portanto, a educação em sua função social, possui em seu cerne a marcante capacidade de contribuir para a desbarbarização; essa visão converge com o olhar de Adorno que em suas obras considerou este um dos principais objetivos educacionais.

Segundo elucida Arendt (2007, 2017, p. 234) “a educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permanece tal qual é, porém se renova continuamente[...]”. É na possibilidade de renovação que o professor pode, por meio de ações pedagógicas conscientes, despertar os seus alunos para a consciência crítica que os permite compreender as dinâmicas do mundo capitalista bem como as suas imposições. A descoberta de formas diferentes de se conceber as relações sociais é uma das obrigações morais da educação. A formação humana passa pela tomada de consciência dos aspectos estruturais da sociedade, para as novas gerações virem a assumir a responsabilidade pelo mundo, precisam antes, conhecê-la. Frente a essa questão, Arendt (2017) considera que:

Na educação, essa responsabilidade pelo mundo assume a forma de autoridade. A autoridade do educador e as qualificações do professor não são a mesma coisa. Embora certa qualificação seja indispensável para a autoridade, a qualificação, por maior que seja, nunca engendra por si só a autoridade. A qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste, porém sua autoridade se assenta na responsabilidade que ele assume por este mundo. (ARENDDT, 2017, p. 239)

No entanto, o professor precisa de condições formativas para desenvolver um trabalho pedagógico consciente e compreender que sua autoridade é um fator determinante para o ensino e, especialmente, para a formação humana. Investir na formação de professor é investir na humanidade. Adorno e Arendt, apontam para a desqualificação dos conteúdos formativos na profissão do magistério, em que o autor identificou sintomas semiformativos nos candidatos a concursos docentes nas faculdades alemãs, pois eram apegados a critérios formais do exame, reduzindo a filosofia apenas a uma disciplina, sem o caráter de autoconscientização.

Segundo Adorno (1995) a ausência de reflexão e a tendência à visão estereotipada de mundo demonstram uma consciência totalitária. Adorno e Arendt, em seus estudos, nos direcionam para a superação da crise da educação que contribui para a desbarbarização e para a resistência ao fascismo e ao totalitarismo. O autor aponta para a importância da emancipação do sujeito que o capacita a sair da vulnerabilidade e, segundo a autora, firmar a atividade autônoma do pensamento. São denominações diferentes, mas caminham em um mesmo sentido, visando a capacidade de autorreflexão dos sujeitos que os leva a uma personalidade autônoma, à capacidade de resistência ao fascismo e ao totalitarismo, bem como aos ditames do capital.

Contudo, a superação proposta pelos autores, exige que os currículos dos cursos de formação de professores sejam reelaborados com vistas à construção da atividade autônoma do pensamento e da emancipação do sujeito, negando a instrumentalidade que distancia a formação humana. Nesta perspectiva, a teoria crítica contribui para a uma compreensão de um currículo que avance em relação ao currículo tradicional determinado pela razão subjetiva que segue o objetivo de ser um projeto social a serviço do desenvolvimento econômico industrial. De acordo com Pacheco (2005):

A teoria crítica é um projeto interdisciplinar que, partindo da teoria marxista de mudança social, foi muito divulgada pela escola de Frankfurt. A sua base é a reflexividade e o interesse emancipatório dos agentes[...]. Apesar de uma fundamentação filosófica inicial, a teoria crítica reconhece-se, hoje em dia, nos mais diversos campos do conhecimento e traduz-se pela “teoria que não reduz a realidade ao que existe (PACHECO, 2005, p. 91)

Conforme mencionado anteriormente, a teoria crítica contribui para a área educacional visando uma educação para a emancipação, para a construção do pensamento crítico, para a autorreflexão que capacita a resistir aos ditames do capital – estes tornam impotentes as iniciativas das classes dominadas. A impotência e a alienação os tornam facilmente instruídos para a semiformação, que segundo Adorno, trata-se de uma formação sem reflexão, adaptada aos moldes da sociedade ditada pela Indústria Cultural.

A utilização da teoria crítica nos Estudos Curriculares deu-se em 1997, na Conferência sobre Teoria Curricular, realizada na *Ohio State University*. Segundo Pacheco (2005), a teoria crítica traz à realidade curricular os aspectos mais ocultos das práticas das relações e, assim, torna possível olhar criticamente para as diversas relações que existem no conteúdo e na forma do contexto das organizações escolares. Os estudos na área da educação têm avançado para a superação da educação instrumental e, dessa forma, a teoria crítica está situada mais do lado das racionalidades contextuais e menos do lado das racionalidades técnicas porque essa teoria olha para a possibilidade de transformação da prática a partir da orientação para a emancipação e comportamento crítico, dois princípios estruturantes.

Nesse contexto, a compreensão de currículo na pesquisa é baseada na teoria crítica, por direcionar os estudos curriculares para além da instrumentalidade técnica. Professores, estudantes e toda a comunidade escolar podem contribuir para a elaboração e organização curricular. Currículo é mais que um documento burocrático. É identidade, uma construção comprometida com as lutas e relações sócio-políticas. Vale ressaltar o caráter ideológico que permeia o currículo, pois nele, se relacionam poder e saber e também estrutura relações sociais. Portanto, trata-se de um documento que precisa ser elaborado com princípios e valores significativos para o ensino e, sobretudo, para o tipo de ser humano e de sociedade que se espera para uma vida igualitária e justa.

CRISE FORMATIVA: TABUS QUE PAIRAM SOBRE A PROFISSÃO DE ENSINAR

A discussão em torno da formação de professores é essencial no processo de reconstrução e transformação de pontos ainda frágeis na educação, partindo do

pressuposto que o professor detém a responsabilidade de ensinar os conhecimentos produzidos ao longo da história pelos homens, de modo a preparar as novas gerações para a vida. Além dos conteúdos acadêmicos e científicos, os docentes contribuem para a formação humana. Sendo assim, defendemos que essa área seja constantemente estudada para abrir caminhos e possibilidades para o espaço formativo do docente, bem como para elaborar condições formativas críticas para ir adiante no compromisso com a educação e a formação. Partilhamos da concepção arendtiana de educação:

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos as nossas crianças o bastante para não expulsá-las do nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tão pouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum (ARENDDT, 2000, p. 247).

A responsabilidade de educar os mais novos diz respeito a transcender o ensino para o trabalho e para a manutenção da estrutura capitalista. A educação precisa estar a serviço de todos. Nesse sentido, Adorno (1995) aponta a necessidade de juntar esforços para uma “[...] educação para a contradição e a resistência”. No entanto, somente será possível com uma formação consistente que promova ao professor em formação a liberdade de pensamento e práticas docentes autônomas. Um dos maiores obstáculos desse propósito encontra-se no cerne dos interesses capitalistas.

Ao gerenciar as instituições educativas, o grupo dominante impõe valores e normas a serem seguidos, como também o aligeiramento na formação para a docência. Como elucidam Mashiba e Gasparin (2013, p.10149) “formam-se professores em um curto espaço de tempo, com as mais variadas estruturas curriculares e, muitas vezes, sem o mínimo de condições para tal”. Percebe-se o indicativo por parte de autores que estudam currículo para a necessidade de estruturar os cursos de formação docente considerando as representações sociais e os tabus acerca da profissão que influenciam na formação inicial.

Mas, não há como pensar em uma reformulação curricular dos cursos de nível superior sem considerar a figura do professor. No texto “Tabus acerca do magistério”

escrito por Adorno (1995), dentre alguns destaques relativos à profissão, o autor versa sobre algumas motivações que causam aversão à docência. As representações negativas, de acordo com o autor, possuem origens feudais como antigas referências de professores como herdeiros de *Scribas*⁷ e como escravos. Essa concepção do magistério ainda acompanha as transformações sociais e assim contribuem para o agravamento da crise da educação no mundo moderno. “De uma maneira inequívoca, quando comparado com outras profissões acadêmicas como advogado ou médico, pelo prisma social o magistério transmite um clima de falta de seriedade” (ADORNO, 1995, p. 99).

O contexto alemão descrito por Adorno (1995) não se diferencia com a realidade brasileira atual. Ao analisar as profissões existentes na sociedade, a docência é caracterizada pelo desprestígio, embora a formação ocorra em cursos superiores. A opinião pública reconhece o *status* do jurista, mas não leva a sério o poder do professor, o que torna claro o declínio da sua autoridade.

Entretanto, a docência universitária não constitui o grupo do professorado com maior desprestígio, como os professores da educação básica. As diferenças integram as condições de trabalho e os salários desiguais entre professores do ensino superior e os professores da educação básica. Essa representação social demonstra a desvalorização do profissional docente que atua no ensino básico. Esse cenário faz com que a carreira docente não seja uma opção profissional para os jovens, que acabam escolhendo por cursos que lhes garantam uma profissão com melhores remunerações e condições de trabalho

Faz-se necessário analisarmos o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2018), que apresentou dados relativos ao rendimento médio dos professores da educação básica e de outras áreas com curso superior, nos setores público e privado entre os anos de 2012 e 2018:

⁷ *Scribas*: na Antiguidade dominavam a escrita e eram responsáveis por redigir as ordens do regente, como por exemplo as normas do povo de determinadas regiões e religiões.

Figura 1- Rendimento médio dos professores da Educação Básica e de profissionais de outras áreas com curso superior - setores público e privado - Brasil 2012-2018
(Em R\$ - valores de dezembro de dezembro de 2018, corrigidos pelo INCP)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Professores da Educação Básica - rede pública	3.576,18	3.887,99	3.814,60	3.902,00	3.584,94	3.775,72	3.823,00
Profissionais da área de Exatas	8.086,89	7.290,37	7.879,07	7.400,37	7.060,55	7.187,92	7.542,11
Profissionais da área de Humanas	6.583,21	6.522,88	5.910,68	6.351,38	5.779,99	5.526,84	6.070,59
Profissionais da área de Saúde	7.423,52	7.196,21	7.005,60	7.305,87	7.076,00	7.168,15	7.718,36
Média de rendimento dos profissionais com curso superior	5.882,03	5.957,88	5.737,00	5.804,72	5.467,72	5.591,29	5.477,05
Proporção da média salarial dos professores em relação à média dos profissionais com curso superior (em %)	60,8	65,3	66,5	67,2	65,6	67,5	69,8

Fonte: IBGE/PNAD – Todos pela Educação (2019, p. 112)

A tabela 1 demonstra a defasagem salarial dos professores em relação a outras categorias que possuem curso superior; cabe-nos analisar a disparidade apontada pelos números. Em uma sociedade capitalista, o prestígio e a valorização social das profissões, é visível na remuneração e a análise do *Anuário Brasileiro da Educação Básica* aponta que os professores ganham em média 70% a menos. O desenvolvimento de um sistema educacional de qualidade envolve a melhoria de salários, o aprimoramento da carreira docente, melhores condições de trabalho; portanto, o relatório aponta o enfrentamento dessa questão com políticas de correção salarial como a Lei do Piso (Lei no 11.738, de 16/07/2008) e acrescenta: “busca-se uma equalização das condições de remuneração do magistério frente às demais profissões” (TODOS, 2018, p.114).

Nesse sentido, Adorno (1995) já sinalizava para o desprestígio da profissão docente a partir das representações sociais. Indicou uma readequação na postura dos professores objetivando romper com a ideia de poder autoritário e detentor de força - consolidado pela pedagogia tradicional - porque as condutas autoritárias prejudicam o trabalho pedagógico do professor e distorcem a verdadeira identidade da profissão. Do mesmo modo que Arendt (2017) defende o reestabelecimento da autoridade do professor como uma possibilidade de saída da crise da educação, Theodor W. Adorno sinaliza para a necessidade de um esclarecimento das questões cheias de tabus, ainda

na formação inicial para que não seja orientada pelos tabus vigentes que contribuem para a manutenção da desvalorização da carreira docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões aqui desenvolvidas a respeito da Crise da Educação envolvem a crise da formação de professores e de modo mais amplo, uma crise social causada pela Crise da Autoridade, teve como fundamento as contribuições da Teoria Crítica da Sociedade com Theodor Adorno e da pensadora Hannah Arendt. Ambos não tinham a intenção de contemplar a educação em suas obras, porém, trouxeram importantes contribuições para o campo educacional, visando a emancipação dos sujeitos e o pensamento autônomo, respectivamente.

Ainda que as análises tenham partido de um contexto diferente, os problemas da educação brasileira denotam um cenário semelhante. As tensões que envolvem a educação despertam o movimento de resistência. Este conceito, na concepção de Arendt (2017) não significa violência, mas, um entender-se com o mundo em seu aspecto político. Em “é a possibilidade de resistência que constitui a liberdade humana. Trata-se de uma resistência, prioritariamente, intelectual.

Sem a intenção de encerrar as reflexões sobre a crise da educação bem como a formação de professores que aqui nos preocupamos em elaborar, propomos um novo olhar sobre a organização curricular presente nos cursos de formação de professores, a fim de sair da concepção tradicional de currículo pautada na razão subjetiva e em um projeto social que favorece o desenvolvimento econômico industrial. O mundo moderno adotou conceitos pragmáticos que ditavam que conhecer e compreender, ou seja, trocar o aprendizado pelo fazer, o que para a Teoria Crítica é a primazia da razão subjetiva sobre a razão objetiva. Nesse ponto, a educação é reduzida aos seus aspectos instrumentais e se afasta do seu caráter emancipatório que conduz ao pensamento crítico, propostos por Adorno (1995) e Arendt (2017).

Para os autores, o antídoto para a crise da educação encontra-se nesses aspectos. Sem uma formação emancipadora e o pensamento crítico, os sujeitos se distanciam da força que os permite a resistência essencial para lutar contra as imposições capitalistas; para construir uma sociedade sem barbárie e igualitária e, no campo da formação, não

encontram direções para promover um currículo que supere o modelo tradicional e avance para um modelo curricular determinado pela razão objetiva, a qual possibilita superar as inconsistências curriculares que impossibilitam a autorreflexão e pensamento crítico, bem como o aligeiramento da formação.

A luta para uma formação de qualidade, além de proporcionar condições formativas aos docentes em formação, em termos pedagógicos, curriculares, científicos, caminham no sentido da tomada de consciência das questões sociais, sobretudo, do relevante papel da profissão docente. O rumo da autonomia na ação docente; compromisso de educar para a emancipação e para o pensamento autônomo requerem, necessariamente, uma elaboração crítica do pensar. O enfrentamento requer a compreensão da dinâmica social, política e educacional. Daí a necessidade de reivindicação da qualidade da formação de professores e de valorização da carreira docente.

Os resultados desse estudo demonstram a importância do fortalecimento dos educadores que não podem aceitar as atrocidades de nosso tempo e devem assumir a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento da consciência dos mais jovens, provocando-os a indignar-se com o estabelecido. Podemos considerar a educação como uma forma de preservar o nosso mundo. Este é um caminho para a superação da crise da autoridade e da crise da educação que embora demande um árduo trabalho, pode ser então, uma possibilidade.

SANTOS, F. R. S.; OLIVEIRA, M. R. F. Crisis of education: a look through the philosophical eyes of Theodor Adorno and Hannah Arendt. *Educação em Revista*, Marília, v. 22, n. 1, p. 103-118, 2021.

ABSTRACT: This study aims to reflect on the field of Education and Training of Teachers, based in the theoretical contributions from Critical Theory of Society and the thinker Hannah Arendt. Such authors point to the Authority's crisis in the modern world as the origins of the education's crisis, whom culminated in the reduction of education to instrumental and half-formative aspects. Although the analyses started from a different context, the problems of Brazilian education denote a similar scenario. Specifically, the study analyzes the inconsistencies that triggered the formative crisis. The methodological path consists of a qualitative bibliographical research. It is appropriate to consider the possibility of a path towards educational tensions that follow the path of awareness towards teaching autonomy and the constitution of a solid authority. So, as research <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2021.v22n02.07.p103>

has shown, teachers must eminently assume the commitment to educate for emancipation, for self-critical thinking and, above all, for self-reflection.

KEYWORDS: Education Crisis; Critical Theory; Hannah Arendt.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, Theodor. *Mínima Moralía: reflexões a partir da vida danificada*. Trad. Luiz Eduardo Bica. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BRASIL. *Lei n. 11.738 de 16/07/2008*. Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica. Brasília/DF, 2008.
- BUENO, Sinésio Ferraz. Theodor Adorno e Hannah Arendt: confluências no campo da filosofia da educação. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 49, 2013, p. 299-307.
- GAMBOA, Silvio Ancisar Sánchez. Pesquisa qualitativa: superando tecnicismos e falsos dualismos. *Contrapontos*, Itajaí, v. 3, n. 3, set/dez. 2003, p. 393-405.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2002.
- LIMA, E. F. Autoridade e Formação. *Kinesis*, Marília (UNESP), v. 2, n. 4, 2010, p. 14-22.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, maio/ago. 2004, p. 289-300.
- MASHIBA, Glaciane C. Xavier; GASPARIN, João Luiz. Formação de Professores: para além do pensamento tutelado. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), 11., 2013, Curitiba. *Anais...* Curitiba: PUC/PR, 2013, p. 10140-10149.
- PACHECO, José Augusto. *Escritos Curriculares*. São Paulo: Cortez, 2005.
- TODOS, PELA EDUCAÇÃO. *Anuário Brasileiro da Educação Básica*. São Paulo: Moderna, 2019 Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/302.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2020.

Recebido em: 29/10/2020.

Aprovado em: 04/12/2020.